

## Mapeando a Proteção: o georreferenciamento como estratégia-chave no policiamento rural de Santa Izabel do Pará<sup>1</sup>

Adelaildo Maximo de Oliveira – AL OF. PM/PA<sup>2</sup>  
 Antônio Rodrigues da Silva Junior – Prof. Me.<sup>3</sup>  
 Ediones da Costa Conceição – AL OF. PM/PA<sup>4</sup>  
 Wesley Guimarães de Souza – AL OF. PM/PA<sup>5</sup>



<sup>1</sup> Artigo apresentado à Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” como requisito para conclusão do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará e obtenção do título de Especialista em Defesa Social e Cidadania, orientado pelo Prof. Me. Antônio Rodrigues da Silva Junior.

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito – Faculdade Gamaliel.

adelaildo14@gmail.com;  
 ORCID: 0009-0003-5786-511X

<sup>3</sup> Mestre em Gestão de Riscos e Desastres Naturais - IG/UFPA; Doutorando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - NUMA/UFPA.

silvajuniorgo@yahoo.com.br;  
 ORCID: 0000-0002-5174-3969

<sup>4</sup> Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito – Faculdade Gamaliel.

ediones.costa@hotmail.com;  
 ORCID: 0009-0009-2535-8061

<sup>5</sup> Aluno do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará; Graduado em Direito – Unama.

wesleyguimaraeswgs@gmail.com;  
 ORCID: 0009-0000-7702-9408

### RESUMO

O presente artigo enfoca a violência no meio rural do município de Santa Izabel do Pará, região metropolitana de Belém no Estado do Pará, por intermédio da criação do policiamento especializado em área rural com o uso do georreferenciamento. Tem como objetivo geral a análise da efetividade dessa modalidade de policiamento. A pesquisa se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: Qual a efetividade do policiamento rural com o uso do georreferenciamento implementado no município de Santa Izabel do Pará? Partiu-se da hipótese que a modalidade de policiamento possui uma real efetividade, tanto no campo estatístico inerente à redução dos crimes, como em seu aspecto qualitativo relacionado à sensação de segurança da população atendida. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória com uma abordagem qualitativa e quantitativa, através do método dedutivo. A principal conclusão é que após a criação do 2º Batalhão Rural ocorreu uma redução da criminalidade, bem como o aumento considerável da sensação de segurança da comunidade após a implantação do policiamento em estudo, mostrando ser um mecanismo de governança efetivo no combate à criminalidade no meio rural, justificando sua ampliação e criação de uma doutrina própria.

**Palavras-Chave:** Policiamento Rural Georreferenciado; Efetividade; Comunidade.

### ABSTRACT

This article focuses on violence in the rural environment of the municipality of Santa Izabel do Pará, metropolitan region of Belém in the State of Pará, through the creation of specialized policing in rural areas with the use of georeferencing. Its general objective is to analyze the effectiveness of this type of policing. The research was developed from the following question: What is the effectiveness of rural policing with the use of georeferencing implemented in the municipality of Santa Izabel do Pará? Starting from the initial hypothesis that the policing modality has a real effectiveness, both in the statistical field inherent to the reduction of crimes, as in its qualitative aspect related to the sense of security of the population served. As for the methodology, it is an exploratory research with a qualitative and quantitative approach, through the deductive method. The main conclusion is that after the creation of the 2nd Rural Battalion there was a general reduction in crime, as well as the sense of security of the community increased considerably after the

implementation of the policing under study, showing to be an effective governance mechanism in the fight against crime in rural areas, justifying its expansion and creation of its own doctrine.

**Keywords:** Georeferenced Rural Policing; Effectiveness; Community.

## RESUMEN

Este artículo se centra en la violencia en el entorno rural del municipio de Santa Izabel do Pará, región metropolitana de Belém, estado de Pará, mediante la creación de un servicio policial especializado en zonas rurales mediante georreferenciación. Su objetivo general es analizar la efectividad de este tipo de servicio. La investigación se desarrolló a partir de la siguiente pregunta: ¿Cuál es la efectividad del servicio policial rural con georreferenciación implementado en el municipio de Santa Izabel do Pará? Partiendo de la hipótesis inicial de que esta modalidad policial tiene una efectividad real, tanto en el ámbito estadístico, inherente a la reducción de la delincuencia, como en su aspecto cualitativo, relacionado con la sensación de seguridad de la población atendida. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación exploratoria con un enfoque cualitativo y cuantitativo, mediante el método deductivo. La principal conclusión es que tras la creación del 2.º Batallón Rural se observó una reducción general de la delincuencia, así como un aumento considerable de la sensación de seguridad en la comunidad tras la implementación del servicio policial estudiado, demostrando ser un mecanismo de gobernanza eficaz en la lucha contra la delincuencia en zonas rurales, lo que justifica su expansión y la creación de una doctrina propia.

**Palabras clave:** Servicio Policial Rural Georreferenciado; Efectividad; Comunidad.

## 1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade da segurança pública na Amazônia paraense, em especial no município de Santa Izabel do Pará, o qual integra a região metropolitana de Belém, tem exigido do poder público novas modalidades de policiamento ostensivo preventivo e repressivo, capazes de atender com mais efetividade uma parcela da população que reside na zona rural e que é vítima de crimes de diversas naturezas.

A zona rural do município de Santa Izabel do Pará, *lócus* dessa pesquisa, tem sido atendida, desde o ano de 2022, por uma nova modalidade de policiamento realizado pela Polícia Militar do Pará (PMPA), denominada “Policiamento Rural Georreferenciado”, um esforço da segurança pública para reduzir os índices de criminalidade que ocorrem nesses espaços e garantir maior segurança à população.

Policiamento Rural Georreferenciado pode ser definido como uma modalidade de patrulha para o combate ao crescente número de crimes na zona rural, que utiliza a junção de métodos de policiamento convencional, policiamento comunitário e o georreferenciamento. Enfatizando que, de acordo com Roldão (2018), para esse policiamento ter sucesso nos seus resultados depende da cooperação mútua entre a Polícia Militar, a comunidade atendida e a comunidade de negócios locais.

Os indivíduos, como legítimos responsáveis pela segurança pública, ao se envolverem em uma política de policiamento comunitário, assumem suas responsabilidades como cidadãos. Se cada um exercer suas devidas atribuições na sociedade, e houver uma interação entre o polícia e a comunidade, haverá maior sensação de segurança e confiança mútua entre os cidadãos e os órgãos de segurança pública. O resultado disso é a potencialização da troca de informação entre ambos e efetividade nas ações de redução da criminalidade (Roldão, 2018, p. 36).

Esta modalidade de policiamento rural especializado não constitui uma inovação na seara da segurança pública brasileira. Tal prática já é uma realidade consolidada em outras instituições de Polícia Militar no país, notadamente em estados com grande extensão territorial agrícola, como Goiás e Mato Grosso. Nesses contextos, os resultados alcançados são notavelmente positivos, evidenciando melhorias significativas tanto na sensação de segurança da população quanto nos índices de prevenção e repressão a crimes patrimoniais, sobretudo roubos e furtos na zona rural. Todavia, a aplicabilidade deste modelo representa uma novidade institucional para a Polícia Militar do Pará (PMPA), demandando adaptação devido às características singulares e à complexa produção do espaço na vasta zona rural da Amazônia paraense.

Dessas singularidades, cabe destacar a vasta extensão do território rural paraense e seus múltiplos usos, bem como a complexidade na localização das propriedades e comunidades devido à precariedade de informações de endereço. Tal dificuldade impede um atendimento de emergência mais ágil e exige da Polícia Militar conhecimentos geotecnológicos capazes de mapear toda a área de policiamento.

Nesse sentido, o policiamento rural com o uso do georreferenciamento é caracterizado por mapear as comunidades e propriedades rurais. Com isso, as complexidades do terreno e as dificuldades de localização exata, que outrora eram um dos grandes percalços para a agilidade no atendimento de emergência, são superadas. O uso de geotecnologias subsidia, assim, diretrizes para que o policiamento obtenha maiores resultados.

Ademais, tão importante quanto implementar “novas” formas de policiamento é a mensuração dos seus resultados, visando a coleta de dados que possam subsidiar seu aperfeiçoamento, substituição ou sua expansão para outras áreas. Como a modalidade de policiamento em estudo é relativamente nova no estado do Pará, há uma carência em estudos científicos que possam atestar sua forma de ação e eficiência, seja por meio de dados e comparações estatísticas, seja pela aferição da sensação de segurança da comunidade atendida. À vista dessa lacuna acadêmica e institucional, capaz de subsidiar tomadas de decisões, justifica-se a importância deste estudo no contexto da segurança pública no estado do Pará.

Cabe destacar ainda que, a partir do estudo em discussão, será possível evidenciar o grau de eficiência desse policiamento, saindo do campo da subjetividade para o campo científico. Dessa forma, tal estudo torna-se relevante para a Polícia Militar e para a segurança pública como um todo, pois poderá servir como base para estudos e tomadas de decisão dos gestores públicos acerca da sua melhoria, expansão ou até substituição, visando melhor atender a população não urbana paraense e otimizar resultados.

Apresenta-se como problema da pesquisa o seguinte questionamento: Qual a efetividade do policiamento rural com o uso do georreferenciamento implementado no município de Santa Izabel do Pará? Parte-se do pressuposto hipotético que essa modalidade de policiamento possui uma real efetividade, tanto no campo estatístico inerente à redução dos crimes, quanto no seu aspecto qualitativo relacionado à sensação de segurança da população atendida.

O objetivo geral desse artigo é analisar a efetividade do policiamento na área rural com o uso do georreferenciamento no município de Santa Izabel do Pará. Os objetivos específicos são: a) apresentar o processo de criação e implementação do policiamento rural em Santa Izabel do Pará; b) analisar a efetividade desse policiamento, considerando as variáveis: crimes ocorridos no período de cinco anos antes e após a sua implementação, bem como a sensação de segurança da população; c) analisar a base doutrinária e legal para implantação e execução desse tipo de policiamento.

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como *lôcus* de pesquisa a zona rural do município de Santa Izabel do Pará, localizado na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, conhecida como região do Guamá. O acesso é feito pelas rodovias BR-316 (Belém-Maceió) e PA-140, além das via fluviais pelos rios Guamá e Guajará Mirim.

Em termos territoriais e demográficos, o município possui uma extensão territorial de 717,662 km<sup>2</sup>, com 15,52 km<sup>2</sup> de área urbanizada e aproximadamente 702,142 km<sup>2</sup> de área rural. No último censo (IBGE, 2010), a população total do município era de 59.476 habitantes, sendo 42.996 (72,29%) moradores da zona urbana e 16.489 (27,71%) da zona rural, e com uma estimativa populacional de 72.856 habitantes para o ano de 2021.

A classificação da zona urbana e rural do município de Santa Izabel do Pará foi definida conforme classificação de uso e cobertura do solo, com base em dados obtidos na plataforma do MAPBIOMAS v.7.0 (Brasil) e ilustrada no mapa abaixo (Figura 1).

**Figura 1** - Mapa de localização da área de estudo.



**Fonte:** Elaborado pelos Autores, 2023.

Em termos de metodologia, este artigo recorre ao método dedutivo para levantar e testar as hipóteses durante o processo de pesquisa. De acordo com Gil (2008), o método permite partir de premissas generalistas para chegar a uma conclusão lógica, o que se aplica ao presente estudo, cuja origem é a premissa de que o policiamento rural com o uso do georreferenciamento em Santa Izabel do Pará possui efetividade tanto no campo estatístico quanto na percepção de segurança da comunidade.

A pesquisa apresenta um caráter exploratório, uma vez que realiza uma análise de estudo de caso do policiamento rural georreferenciado, o que envolve levantamento bibliográfico e entrevistas com os atores e agentes envolvidos. A entrevista é do tipo semiestruturada que, segundo Rosa e Arnoldi (2006), possibilita a inclusão de roteiros não previstos. Por ser uma técnica flexível, ela proporciona a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada. A entrevista foi realizada com o Comandante do 2º Batalhão Rural da PMPA.

No que tange à forma de abordagem do problema, utiliza-se o recurso quanti-qualitativo. Esta abordagem considera que tudo pode ser quantificável, traduzindo opiniões e informações em números para análise. Simultaneamente, ela reconhece a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em números (Silva, 2005).

Esse recurso metodológico permitiu o processamento dos dados coletados em fontes oficiais e das informações repassadas durante visita ao quartel do 2º Batalhão Rural da PMPA (2º BPR), unidade responsável pelo policiamento rural em Santa Izabel do Pará. Também foram coletadas informações por meio de questionário aplicado junto à comunidade, utilizando o *Google Forms*, com link inserido no grupo de *WhatsApp* “Patrulha Rural”, onde ocorre a interação entre a comunidade e a polícia local.

Os dados foram coletados junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC), e são referentes às ocorrências de roubos, furtos e homicídios ocorridos na área rural de Santa Izabel do Pará nos anos de 2017 a 2022. Cabe destacar que esse banco de dados é formado a partir de ocorrências policiais registradas de forma *on-line* e presencial junto à Polícia Civil do Estado do Pará. Assim, foi possível analisar a quantidade anual de cada um desses crimes e comparar o período pré-implantação (2017-2021) e pós-implantação (2022) do policiamento rural, fornecendo uma conclusão objetiva acerca da redução da criminalidade na região estudada.

O questionário contém dez perguntas objetivas e foi respondido por cinquenta pessoas cadastradas e atendidas pelo policiamento rural com o uso do georreferenciamento em Santa Izabel do Pará, com a finalidade de mensurar a percepção de segurança da população. Neste contexto, cabe destacar a importância de estudos que avaliam as percepções da comunidade acerca da efetividade do trabalho policial.

De acordo com Rolim e Hermann (2018), a Polícia Metropolitana de Londres utiliza essa metodologia, aplicando questionários que abarcam inúmeros aspectos da atividade policial e seus resultados. Esta instituição possui um banco de perguntas objetivas que são aplicadas à comunidade para aferir a sua satisfação com o trabalho da polícia. Esses mesmos autores destacam, ainda, os estudos que discutem a percepção da comunidade sobre a atuação policial nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte.

Nesse sentido, tornou-se plausível a utilização desse método para conhecer o grau de satisfação da comunidade com o policiamento em estudo, visto que o alvo principal das políticas de segurança pública é o cidadão e este deve ser “ouvido” para explicar suas opiniões e percepções.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

A violência é algo presente em todas as camadas da sociedade brasileira, devendo ser enfrentada de forma conjunta pelo Estado e população em geral, conforme prevê o artigo 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Atualmente, esse fato social tem se espalhado com mais frequência para o meio rural, devido à pouca presença estatal nessas locali-

dades, chegando a colocar em risco o bom desenvolvimento de alguns setores agrícolas, visto que as pessoas não se sentem seguras e protegidas para desenvolver suas atividades rurais.

A desatenção e consequente falta de informações acerca da criminalidade no meio rural são controversas com sua importância, principalmente para a economia. Aliado a esses fatores, há outras dificuldades, como afirmam Araújo, De Oliveira e Consalter (2020, p. 2): "O isolamento devido as grandes distâncias, aliado a dificuldade de comunicação e ao pequeno número de pessoas nas propriedades tem atraído cada vez mais o olhar de bandidos que, movidos pela facilidade de cometer crimes, migraram suas atividades criminosas para esta região".

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram para 10.384 conflitos e atingiram 5,5 milhões de pessoas. Portanto, é possível observar que os conflitos cresceram cerca de 54,13% e o número de envolvidos cresceu 55,08% (Ávila, 2022). Esses dados acendem um sinal de alerta no poder estatal, que deve atuar com a finalidade de diminuir a insegurança e proporcionar maior segurança ao produtor rural, agente fundamental para a economia.

Para atender a essa demanda, alguns Estados da Federação, como Mato Grosso, Goiás, Tocantins e recentemente o Pará, começaram a desenvolver uma nova modalidade de policiamento com a finalidade de atender às áreas rurais que são constantemente alvos da criminalidade. Esse policiamento tem como características uma maior proximidade com o produtor, que faz parte diretamente no processo de segurança pública, bem como o uso de georreferenciamento para mapear a área atendida.

O conceito de georreferenciamento está ligado à localização exata de um "ponto" no planeta Terra, determinando a posição dos pontos, linhas e polígonos sob o uso de tecnologias que usam coordenadas geográficas de longitude e latitude (Menzori, 2017). Assim, ao falar de policiamento georreferenciado, deve-se ter em mente uma modalidade que consegue mapear sua área de atuação, onde as propriedades atendidas são georreferenciadas, ou seja, são definidas suas forma, dimensão e localização no globo terrestre.

Em outras palavras, georreferenciar significa associar um arquivo de imagem digital à localização no espaço físico. Por isso, todas as propriedades rurais são interligadas de forma digital, por meio de mapas que possibilitam uma maior aplicação de políticas estatais de segurança pública mesmo nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos.

Nesse sentido, como exemplo de política de maior presença estatal no campo, pode-se citar o Estado de Goiás, que desenvolveu e implementou o Policiamento Rural Georreferenciado. Essa modalidade de policiamento versa sobre uma maior proximidade com a população atendida, sendo sua colaboração indispensável para o bom desenvolvimento e efetividade do programa.

Esse processo é realizado por meio de uma relação de confiança e parceria entre o produtor rural e a Polícia Militar. De início, é realizada uma visita na propriedade, onde o programa é apresentado ao produtor rural e explicados os benefícios dessa integração com a segurança pública. Nessa visita, as equipes realizam a captação das coordenadas geográficas através de um aparelho de GPS. Com essa medida, cria-se um endereço para aquela propriedade rural, o que facilita o deslocamento futuro da viatura, por meio de uma rota traçada pelo aparelho de GPS acoplado nela (Roldão, 2018).

Após isso, é construído um banco de dados com todas as informações da propriedade, tais como: o nome dos moradores, tipos de implementos agrícolas e identificação dos animais (marca), dentre várias informações da propriedade. A próxima etapa do projeto é a formação

de um grupo no aplicativo de mensagem (*WhatsApp*), facilitando a comunicação e troca de informações e solicitações das equipes (Roldão, 2018). Essa ferramenta tecnológica é importantíssima no processo, pois, em muitas localidades rurais, por serem afastadas dos grandes centros urbanos, não existe sinal telefônico, sendo a internet rural o único meio efetivo de comunicação com as forças de Segurança Pública. Seguindo as fases do processo, é gerado um número do cadastro que é exposto em uma placa de identificação da propriedade e fixado em um lugar visível e estratégico. Essa placa possui algumas informações da propriedade e o contato da Unidade Policial da área.

Por último, o passo é estabelecer parceria com os sindicatos rurais locais (Roldão, 2018). Isso é importante para se criar uma rede de apoio em prol de um objetivo comum: prover e garantir segurança pública de qualidade no meio rural. Com essa integração, os produtores rurais ajudam o programa com aquisição de materiais importantes para a manutenção do projeto.

#### **4 A CRIAÇÃO DO POLICIAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO NA PMPA**

No Estado do Pará, segundo o Comandante do 2º BPR, o município de Santa Izabel é pioneiro no que tange ao policiamento rural, que teve início no ano de 2007, ainda de forma prematura e empírica, quando a ideia de criação surgiu devido ao grande volume populacional concentrado na área rural e ao alto índice de criminalidade que ocorria nessa região.

Nessa linha, destacou o Comandante que o policiamento rural foi pensado e direcionado para atender, inicialmente, à zona rural dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, visando otimizar o atendimento das ocorrências. No início, o policiamento era realizado com rondas ostensivas nessas propriedades, e ainda não se pensava em um policiamento georreferenciado, com estratégias de mapeamento das propriedades por meio de dispositivos eletrônicos de localização.

No ano de 2021, vislumbrando a necessidade de aprimorar o atendimento às comunidades não urbanas, a Polícia Militar do Pará passou a buscar ferramentas que otimizassem essa estratégia. No mês de novembro deste mesmo ano, o referido Comandante foi designado para participar em Sinop, Mato Grosso, da Primeira Jornada Nacional sobre Práticas e Tendências de Patrulha Rural, passando a ser um dos maiores conhecedores do assunto no Estado do Pará, conforme o próprio explica:

O policiamento rural com o uso do georreferenciamento surgiu após a gente ter participado na cidade de Sinop, Estado do Mato Grosso, de uma Jornada Nacional sobre práticas e tendências de patrulha rural, no mês de novembro de 2021, ocasião em que conseguimos adquirir conhecimento e adaptar a nossa realidade, sendo implantado no município de Santa Izabel, que já se tinha uma equipe de Patrulha Rural (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Nesse sentido, em janeiro de 2022, iniciou-se no 12º Batalhão de Polícia Militar, em Santa Izabel do Pará, a implantação do policiamento rural com o uso do georreferenciamento. Com vistas a institucionalizar esse tipo de atuação policial, em junho de 2022, o referido Batalhão promoveu o “I Curso de Patrulha Rural com Ênfase em Georreferenciamento”.

O curso teve como propósito capacitar o profissional de segurança pública para uma atuação tecnológica e estratégica. Para tanto, o currículo foi elaborado visando integrar o arcabouço tático inerente ao ambiente rural com o domínio de ferramentas geoespaciais modernas. Entre os eixos de capacitação estavam o mapeamento preciso de propriedades rurais, o levantamento qualificado de informações de campo e a utilização de equipamentos de GPS. Ao prover esse conhecimento, o curso buscou subsidiar a tomada de decisão dos agentes, garantindo a otimização da eficácia e da agilidade do policiamento nas vastas áreas rurais sob sua responsabilidade.

O plano do Curso de Patrulha Rural, publicado no Aditamento ao Boletim Geral nº 094, de 18 de maio de 2022, apresentou como finalidade: “Regular as atividades pedagógicas, atribuições, execução e responsabilidades, referentes à presente ação formativa em segurança pública, a ser desenvolvida pelo 12º Batalhão de Polícia Militar”. Os objetivos do curso foram: “dotar de conhecimento os policiais militares que irão desempenhar o policiamento em área rural, conhecer técnicas e táticas policiais intrínsecas ao ambiente rural e aplicar as ferramentas tecnológicas (Georreferenciamento), visando otimizar o policiamento em área rural, diminuindo o tempo-resposta”.

A matriz curricular do curso contou com nove disciplinas: Noções de Georreferenciamento, Recobrimento Rural, APH Tático, Direção Tática 4x4, Polícia de Proximidade (GPA), Tiro Aplicado, Noções de Sobrevivência em Área Rural, Orientação Geográfica e Emprego de RPA aplicado à segurança pública, totalizando 100 horas/aulas.

A Lei Complementar n.º 153/2022 (publicada no Aditamento ao Boletim Geral n.º 123 III, de 30 de junho de 2022), que alterou a Lei de Organização Básica da PMPA (LOB), criou e efetivou o 1º Batalhão de Polícia Rural (1º BPR), com sede em Marabá e o 2º BPR, com sede em Castanhal. Assim, ampliou-se o que antes era feito apenas pelo 12º Batalhão de Polícia Militar em Santa Izabel do Pará para duas macrorregiões do estado.

## **5 OPERACIONALIZAÇÃO DO POLÍCIAMENTO RURAL COM O USO DO GEORREFERENCIAMENTO**

Por ser uma modalidade relativamente nova no Estado do Pará, esse policiamento em análise ainda não possui uma doutrina própria, mas tem como norte a doutrina de outras polícias brasileiras, como o Mato Grosso e Goiás. No entanto, existe uma comissão na instituição que busca implementar uma doutrina própria para o estado, que atenda as peculiaridades regionais. Nesse sentido, explica o Comandante do 2º BPR:

Atualmente, não há na instituição nenhum documento que defina regras e forma do policiamento, contudo, foi realizado o primeiro curso de patrulha rural com ênfase em Georreferenciamento, em junho do ano passado, já com algumas disciplinas básicas fundamentais para a realização do policiamento rural. Existe uma comissão que foi nomeada pelo Estado-Maior Geral da PMPA para fins de estudar, escrever e apresentar a doutrina de policiamento rural, da qual somos presidente (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Em visita realizada ao 2º BPR, sediado no município de Castanhal, observou-se que o Policiamento Rural com uso do Georreferenciamento é desenvolvido e realizado pelas equipes policiais em parceria com a comunidade. Em um primeiro momento, a equipe policial realiza uma visita técnica de segurança na propriedade e explica ao produtor rural todo o processo do programa, com o esclarecimento das etapas e o procedimento de adesão. Após essa ação, o produtor que demonstrar interesse deve fornecer todos os seus dados pessoais, tais como nome, endereço da propriedade, nome dos seus familiares que residem com ele, contato telefônico, dados dos funcionários e outras informações pessoais.

De posse desses dados, é realizado um cadastro no aplicativo “policiamento rural georreferenciado”, desenvolvido para criar um banco de dados com todas as informações das propriedades cadastradas. Essa ferramenta virtual consegue traçar as rotas usando as coordenadas geográficas plotadas no momento do cadastro e cria um mapa com todas as propriedades, mesmo estando offline. Dessa forma, se houver uma solicitação de atendimento policial, o aplicativo traça a melhor rota até a propriedade, possibilitando que um policial, mesmo não conhecendo a área, possa chegar o mais rápido possível ao local.

Após o cadastramento, é gerada uma numeração. O produtor rural deve custear uma placa de identificação que conterá este número, com o objetivo de dar maior visibilidade e ostensividade para as equipes que estiverem realizando rondas. Isso gera uma maior proximidade com o produtor rural e o consequente estreitamento entre polícia e comunidade no combate e prevenção de roubos, furtos e outros delitos nas propriedades rurais.

Para finalizar o ciclo da inserção no programa, o produtor rural é adicionado a um grupo de *WhatsApp* que inclui todos os envolvidos no projeto. Este é o meio mais factível e viável de contato com a Polícia Militar, pois em muitas propriedades o sinal telefônico é inexistente e falho, o que inviabiliza o acionamento direto pelo 190. Portanto, quando o produtor realiza uma solicitação via *WhatsApp*, a informação chega na central do 2º BPR, onde há um policial 24 horas para atender. Após confirmar a solicitação, o policial localiza a propriedade cadastrada e passa as coordenadas geográficas para a equipe policial responsável pela área, que localiza o endereço mesmo sem o auxílio de internet, devido ao sistema funcionar *offline*.

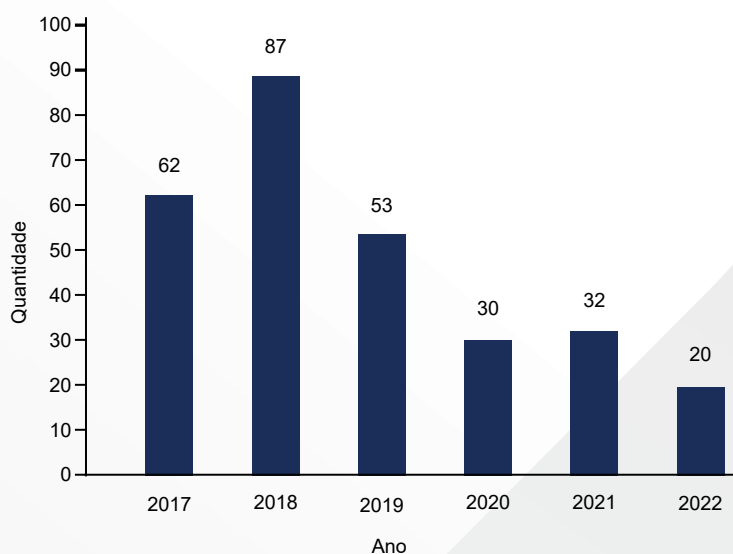
Além dos atendimentos às solicitações dos produtores, as equipes policiais realizam diariamente as rondas previstas do “cartão-programa” da unidade, em que devem fazer o patrulhamento em áreas previamente definidas, bem como visitas em novas propriedades com a finalidade de captar mais adesões ao programa. Portanto, ao serem lançadas no terreno operacional, as guarnições policiais desenvolvem essas duas funções, quais sejam: realizar rondas nas propriedades já atendidas pelo programa e realizar novas visitas preventivas de segurança com a finalidade de expansão dos cadastros.

## 6 EFETIVIDADE DO POLICIAMENTO RURAL GEORREFERENCIADO EM SANTA IZABEL DO PARÁ

A Secretaria de Inteligência e Análise Criminal do Pará (SIAC) mantém um banco de dados com todas as ocorrências registradas, seja de forma presencial ou online. Para aferir a efetividade desse policiamento de forma objetiva, utilizou-se desse banco de dados com uma delimitação temporal de 2017 a 2022 e com foco em ocorrências específicas (roubos, furtos e homicídios) ocorridas anualmente na área rural de Santa Izabel do Pará. Com isso, foi feita uma comparação estatística descritiva entre os períodos de pré-implantação (2017 a 2021) e de pós-implantação (2022) do policiamento rural com o uso do georreferenciamento, chegando aos seguintes resultados.

Em relação aos registros de furtos na zona rural, observou-se uma trajetória de variação entre queda e crescimento ao longo do período analisado. O pico máximo de ocorrências foi registrado no ano de 2017 e o mínimo em 2020. Em seguida, houve um crescimento uniforme de três casos anuais até 2022. A análise comparativa entre os períodos é conclusiva: a média anual de furtos registrada no período de pré-implantação (2017 a 2021) foi de aproximadamente 40 casos. Contrastantemente, o ano de 2022 (pós-implantação) registrou apenas 30 casos dessa modalidade criminosa, indicando uma redução significativa na média.

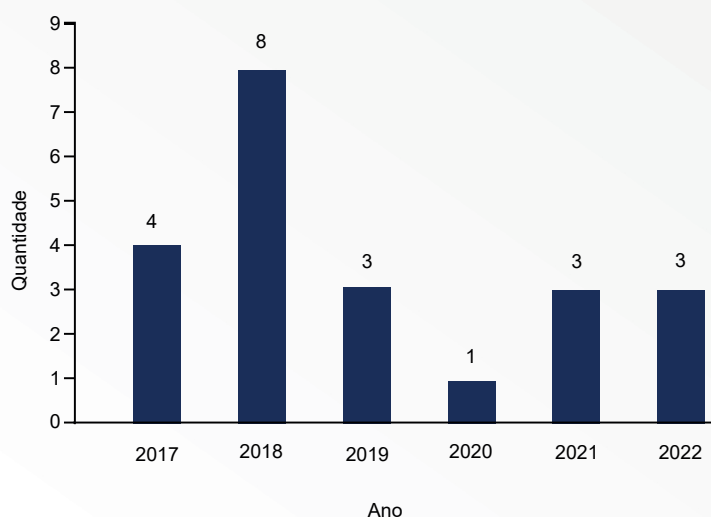
Os dados sobre os roubos revelam uma tendência de redução mais acentuada. No período de pré-implantação, a zona rural de Santa Izabel do Pará totalizou 264 casos, impulsionado pelos anos de 2017 (62 casos), 2018 (87 casos) e 2019 (53 casos), que juntos representaram cerca de 76,5% dos roubos registrados nesse quinquênio. O ano de 2022, período subsequente à implantação do novo policiamento, apresentou a menor quantidade de roubos da série histórica (2017-2022). Em comparação com o ano de 2021, o número de roubos sofreu uma redução que se aproximou de 38% (Figura 2). Esse resultado sugere um impacto imediato e positivo da nova metodologia de policiamento na repressão a essa modalidade criminal.

**Figura 2** - Registros de roubos na área rural do município de Santa Izabel do Pará (2017 – 2022).

Fonte: SIAC (2023).

No que concerne aos registros de homicídios na zona rural de Santa Izabel do Pará, o período de pré-implantação do novo policiamento (2017 a 2021) totalizou 19 casos. Desse total, o ano de 2018 se destacou de forma crítica, respondendo por cerca de 42% do total de homicídios registrados nesse quinquênio, sendo o ano com maior incidência da série histórica estudada.

A partir de 2019, e estendendo-se até o ano de pós-implantação (2022), observa-se uma estabilidade nos registros de letalidade violenta na zona rural do município. Nesse intervalo (2019-2022), a média se manteve em aproximadamente três homicídios por ano. É relevante notar que o ano de 2020 apresentou o menor registro de toda a série histórica em estudo, com apenas um caso de letalidade violenta, conforme detalhado no Figura 3.

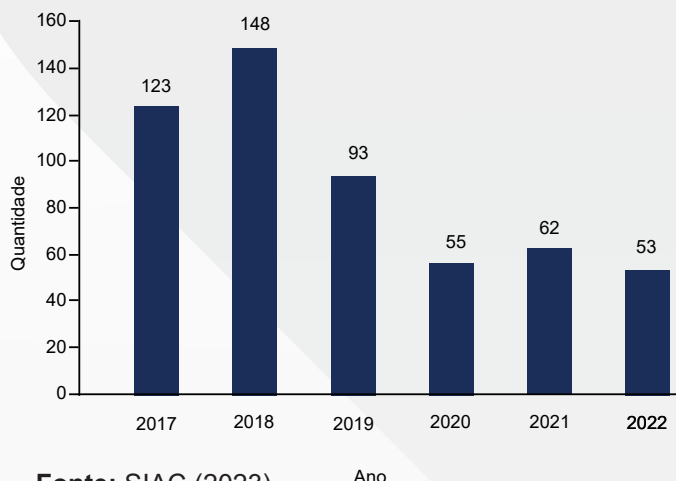
**Figura 3** - Registros de homicídios na área rural de Santa Izabel do Pará (2017 a 2022).

Fonte: SIAC (2023).

É sabido que a redução das taxas de criminalidade na zona rural de Santa Izabel do Pará, especialmente no período subsequente a 2019, está atrelada a um conjunto complexo de fatores que transcendem o escopo de análise do presente artigo. Contudo, é imperativo ressaltar a operacionalização do policiamento rural georreferenciado, efetivada em 2021, como um mecanismo de governança que corrobora a tendência de queda nesses índices.

De modo geral, os dados coletados pela SIAC para o ano de 2022 demonstram uma redução expressiva e simultânea nos registros de criminalidade (roubos, furtos e homicídios) na área rural de Santa Izabel do Pará, conforme ilustrado na Figura 4.

**Figura 4** - Total de crimes (roubo, furto e homicídios) na área Rural de Santa Izabel do Pará (2017-2022).



Fonte: SIAC (2023).

Tal declínio sugere que a implementação e operacionalização das ações do policiamento rural georreferenciado atuaram como um catalisador positivo, contribuindo significativamente para o controle e a repressão dos crimes na localidade.

Embora o período de análise dos resultados quantitativos seja curto, de apenas um ano, observa-se que essa modalidade de policiamento preenche uma lacuna de prevenção e de comando e controle do Estado, historicamente precária, na zona rural do município, proporcionando maior segurança à sociedade.

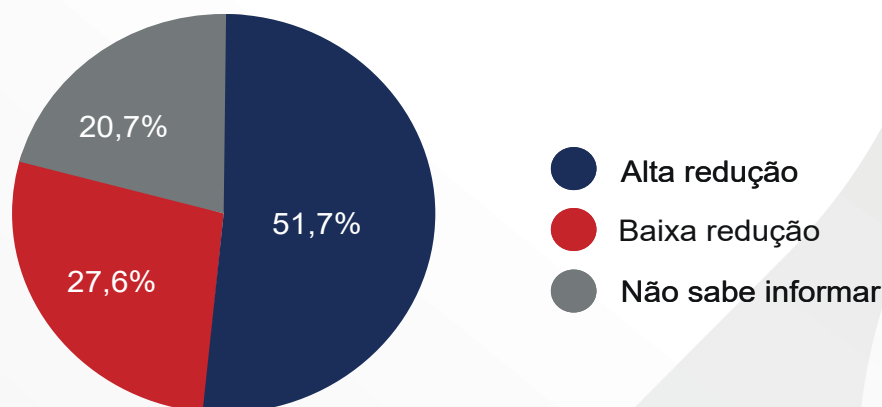
Consubstancia a análise e discussão dos dados acima, as informações obtidas por meio da aplicabilidade do questionário junto à comunidade rural, o qual possibilita observar que antes da implantação dessa modalidade de policiamento no município de Santa Izabel do Pará, a comunidade rural era pouco assistida quanto ao acionamento e à transmissão de informações para a Polícia Militar. Nesse sentido, 50% dos entrevistados afirmaram que era muito difícil esse contato, enquanto 39,3% responderam que era difícil e apenas 3,6% avaliaram que era fácil.

Ao serem questionados sobre a evolução desse contato após a implantação do projeto, a totalidade (100%) dos entrevistados afirmaram que a comunicação se tornou mais fácil. Deste percentual, 75% consideraram que ficou muito mais fácil, impactando positivamente a comunicação e interação da população local.

No que tange ao acionamento da Polícia Militar, houve uma mudança na principal forma de chamados: 10% afirmaram que, antes do projeto, não possuíam meios de contato com a polícia local. Após o cadastramento, todos os envolvidos passaram a ter esse contato, sendo 89,3% por meio do *WhatsApp* e 10,7% por meio de ligação telefônica, possibilitando, assim, uma mobilização rápida da PMPA em caso de chamado de ocorrência.

A percepção da comunidade assistida pelo policiamento rural quanto à redução dos crimes em estudo (roubos, furtos e homicídios) aponta que 51,7% relataram muita diminuição desses crimes, enquanto 27,6% afirmaram ter havido pouca diminuição. O percentual restante de 20,7% não souberam opinar, conforme evidenciado na Figura 5.

**Figura 5** - Percepção da população acerca da diminuição dos roubos, furtos e homicídios.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

O nível de confiança da população na competência técnica da Polícia Militar na área rural é notavelmente alto, tendo em vista que a totalidade (100%) dos entrevistados reconhece a capacitação dos policiais para o atendimento da população da área rural é um indicador forte de sucesso na capacitação da tropa para as especificidades do campo. Contudo, a ressalva de 24,1% que, apesar de reconhecer a capacidade, exige melhoria, aponta para uma necessidade de um aprimoramento contínuo. Esta porcentagem indica um espaço para refinar a qualidade da interação, mesmo que a capacidade fundamental seja aceita. Quanto à proximidade entre população e Polícia Militar, 55,2% dos pesquisados consideram-se muito mais próximos, e 44,8%, mais próximos que antes. Esse resultado demonstra um sucesso inequívoco da estratégia do policiamento rural georreferenciado.

Por fim, questionou-se se, após a efetivação do policiamento rural nos moldes em análise, a comunidade atendida passou a sentir-se mais segura. Observou-se que 97% dos entrevistados passaram a sentir-se mais seguros, sendo que 62% do total demonstraram sentir-se muito mais seguros, 35% um pouco mais segura e 3% disseram que nada mudou quanto a segurança. Em síntese, o novo policiamento rural não é apenas uma mudança operacional. Ele gerou um impacto psicossocial positivo e massivo, alcançando o objetivo central de reforçar o sentimento de segurança e legitimar a presença do Estado nessas áreas, conforme observado na Figura 6.

**Figura 6** - Percepção geral de segurança após a implantação do policiamento em estudo.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

A pesquisa de satisfação permitiu observar que a população, em sua maioria, avalia de forma positiva o policiamento rural georreferenciado empregado na região. Essa avaliação positiva é reforçada pela melhoria na sensação de segurança da comunidade, que passou a sentir-se mais segura, seja pela maior presença policial, seja pela redução da criminalidade local.

Outro ponto de destaque é a melhoria na comunicação mútua entre polícia e comunidade, o que influencia diretamente na prevenção e repressão da criminalidade, visto que a comunidade possui um papel crucial na notificação e na antecipação de informações sobre crimes. Em relação à efetividade, o Comandante do 2º BPR afirmou o seguinte:

Existe efetividade, pois é possível ter o controle da área e distribuir o policiamento com uso de cartões programa, direcionando o policiamento tanto no âmbito preventivo, com visitas preventivas nas propriedades, ações e operações em ramais, além das visitas técnicas de cadastramento, no âmbito repressivo, direcionando o policiamento com uso de Georreferenciamento e informações exatas do local da demanda para fins de reposta imediata (Comandante do 2º BPR. Entrevista concedida no dia 30 de março de 2023).

Cabe destacar que os resultados apresentados facilitam o combate a crimes no campo de diversas formas e, além disso, constroem um banco de dados capaz de subsidiar outras necessidades da segurança pública, como o combate ao roubo a instituições financeiras, pois facilita a localização de pontos e a comunicação com a rede de apoio.

No que diz respeito à percepção de segurança, o comandante declarou que a comunidade rural, em sua totalidade, demonstrou aceitabilidade do programa, visto que a presença física e efetiva do Estado (por meio da Polícia Militar e da filosofia de polícia de proximidade) atende às demandas de produtores e moradores. Ele ressaltou ainda que são receptivos e chegam a solicitar visitas mais frequentes em suas áreas por se sentirem mais seguros.

Em relação a projeções futuras, o referido comandante entende que a expansão desse trabalho especializado é uma tendência natural em todo o estado, citando o 1º Batalhão de Polícia Rural (BPR) sediado em Marabá como exemplo de atuação regional. Declarou ainda que o Alto Comando da corporação planeja a criação de outros batalhões rurais em pontos estratégicos.

Conforme demonstrado, tanto a pesquisa de satisfação quanto a entrevista semiestruturada indicaram uma alta efetividade e expectativa em relação a essa modalidade de policiamento, uma vez que representa o atendimento a uma comunidade historicamente pouco assistida, a qual demonstra satisfação com o trabalho policial.

## 7 CONCLUSÃO

A Segurança Pública é um dever constitucionalmente atribuído ao Estado e à população de modo geral. Esse dever estatal recai sobre os diversos órgãos responsáveis pela segurança, como as polícias militar, civil, federal e penal, e vários outros que juntos compõem o Sistema de Segurança Pública. Esse sistema deve atuar de forma a atender todos os espaços e meios sociais, prestando assistência a todos, independentemente de classes sociais ou locais de residência.

Entre os órgãos que desempenham essa função, a Polícia Militar é a responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, por meio de rondas ostensivas em meios urbano e rural, com o objetivo de atender a todos os indivíduos. Nesse contexto, a Polícia Militar do Pará implementou o policiamento em área rural com o uso do georreferenciamento, visando mitigar as dificuldades da população campestre em usufruir do direito fundamental à segurança pública.

Este artigo teve como objetivo geral analisar a efetividade do policiamento na área rural com o uso do georreferenciamento no município de Santa Izabel do Pará. Para alcançá-lo, partiu-se de três vertentes: a objetiva, que analisou dados estatísticos colhidos junto à Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Estado do Pará (SIAC); a subjetiva, que estudou a percepção de segurança da comunidade; e uma entrevista semiestruturada, como forma de registrar as perspectivas e percepções do comandante do 2º Batalhão de Polícia Rural (2º BPR).

Conforme observado ao longo do estudo, essa forma de policiamento apresentou efetividade em todos os âmbitos. De forma objetiva, a comparação entre os anos antes (2017-2021) e após a implantação (2022) permitiu concluir que houve uma redução no índice geral de criminalidade, conforme resultados positivos apresentados nas figuras.

No campo subjetivo, aferido por meio da avaliação da percepção de segurança da comunidade atendida, a maioria demonstrou que sua sensação de segurança aumentou consideravelmente, em virtude da maior presença policial, de um contato mais próximo com o Estado e da diminuição dos crimes na região.

No entanto, esse policiamento ainda não possui formalização nos seus modos de ação, sendo baseado em doutrinas policiais de outros estados. Tal fato carece de agilidade na observação e na publicação de doutrinas específicas e Procedimentos Operacionais Padrão (POP), visto que o território paraense possui uma vasta área rural com peculiaridades próprias. A formalização padronizará os procedimentos, tornando ainda mais justificável o emprego dos meios e métodos do policiamento e, também, a destinação de recursos, o que, segundo o comandante salientou em entrevista, já está sendo providenciado.

Portanto, o policiamento em área rural com o uso do georreferenciamento demonstrou real efetividade tanto no campo estatístico quanto na percepção de segurança por parte da comunidade atendida, confirmando a hipótese inicial da pesquisa. Esse resultado justifica a expansão dessa modalidade para outras áreas do estado, legitimando a criação de novos batalhões rurais.

Cabe ressaltar a importância do georreferenciamento para o enfrentamento a todas as modalidades de crimes que possam ocorrer no campo, pois assim se torna bem mais fácil a localização das propriedades e de pontos estratégicos, tais como outros órgãos públicos e privados, local de pouso de aeronaves e rotas a serem percorridas com menores distâncias e maior agilidade.

Por fim, diante dos fatos apresentados, sugere-se que seja dada continuidade aos estudos acerca da redução da criminalidade na área pesquisada nos anos seguintes, visto que, por ser uma modalidade nova, não há dados anteriores a 2022.

Além disso, sugere-se a criação de um aplicativo que armazene todas as coordenadas geográficas das propriedades cadastradas e seja de fácil acesso às guarnições da Polícia Militar. Isto permitiria que outras equipes (que não sejam da patrulha rural) obtivessem as coordenadas geográficas das propriedades cadastradas, favorecendo o êxito das operações policiais militares na localização de criminosos que cometeram crimes como roubos a bancos, sequestros, homicídios e foragidos da justiça, que se encontrem escondidos nessas áreas de mata cobertas pelo georreferenciamento.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PARÁ. **Patrulha rural reforça ações da PM no Nordeste e Região Metropolitana**. 28.02.2020. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/18155/patrulha-rural-reforca-acoes-da-pm-no-nordeste-e-regiao-metropolitana/>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ARAÚJO, Felipe Fernandes Costa de; DE OLIVEIRA, Wesley Adorno; CONSALTER, João G. Perez. **Segurança Pública na Área Rural**: programa de segurança rural no 7º BPM. SUSP, 2020. Disponível em: <[https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4609/1/Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20na%20%C3%81rea%20Rural\\_Programa%20de%20Seguran%C3%A7a%20Rural%20no%207%C2%BA%20BPM.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4609/1/Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20na%20%C3%81rea%20Rural_Programa%20de%20Seguran%C3%A7a%20Rural%20no%207%C2%BA%20BPM.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ÁVILA, Cristina. **Pastoral da Terra aponta explosão da violência no campo em 2021**. Extra Classe, 2022. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/sem-categoria/2022/04/pastoral-da-terra-aponta-explosao-da-violencia-no-campo-em-2021/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973**, publicada no DOU em 31/12/1973, republicada em 16/09/1975 e retificada em 30/10/1975 que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/santa-izabel-do-para.html>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

IBGE. **População Pará**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MENZORI, Mauro. **Georreferenciamento**. São Paulo: Baraúna, 2017. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt=-BR&lr=&id=Zy1yDgAAQBAJ&oi=fnd&pg=P4T&dq=georreferenciamento&ots=PFncBO0r21&sig=SflAsDKD8lshXP8py5hcHpW1lIM#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR. **PM ganha Batalhão rural no município de Castanhal**. 01 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/4288-pm-ganha-batalhao-rural-no-municipio-de-castanhal.html>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR. **Aditamento ao Boletim Geral n.º 123 III, de 30 de junho da 2022**. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20123%20III%20-%20LEI%20DE%20ORGANIZAO%20BSICA%20DA%20PMPA%20ALTERADA%20PELA%20LEI%20COMPLEMENTAR%20N%20153%20DE%201%20DE%20JULHO%20DE%202022.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR. **Boletim Geral n.º 094, de 18 de maio de 2022**. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/phocadownload/userupload/userupload/sub.mlucia.14229/ADIT.%20BG%20N%20094%20-%20De%2018%20MAIO%202022%20-%20DGEC.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROLDÃO, Vinicius Melo. **Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária**. REBESP, v. 11, n. 2, 2018.

ROLIM, Marcos Flávio; HERMANN, Daiana. Confiança nas Polícias: percepção dos residentes e desafios para a gestão. **Revistas UFRJ**, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/GZv4XbJYK9FVWjYNygX3MCS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação**. 4. ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005.